

TECNOLOGIA Empresas precisarão evoluir de digitalização para inteligência operacional baseada em IA para responder à nova complexidade tributária

Reforma tributária exigirá sistemas inteligentes e adaptativos

A reforma tributária brasileira, atualmente em sua segunda fase, não representa apenas uma mudança regulatória — ela redefine a forma como as empresas precisam operar. A adaptação exigida vai além do cumprimento legal e passa pela construção de uma capacidade contínua de responder a um ambiente tributário em transformação. Nesse contexto, a digitalização, embora essencial, já não é suficiente.

“Estamos saindo de um modelo baseado em sistemas estáticos para um cenário que exige sistemas adaptativos, capazes de interpretar mudanças regulatórias e ajustar processos em tempo quase real”, afirma Rodrigo Krüger, diretor de Dados & IA da NTT Data.

Embora o novo modelo baseado em CBS e IBS tenha como objetivo simplificar a estrutura tributária brasileira, o período de transição tende a ampliar significativamente a complexidade operacional. As

empresas precisarão conviver simultaneamente com regras atuais e futuras, revisar processos, adaptar sistemas e garantir consistência fiscal em diferentes cenários. Para Krüger, esse desafio reforça a necessidade de uma transformação digital planejada e integrada. “Se a digitalização não for bem-feita, ela pode se tornar um novo empecilho, criando gargalos e inconsistências que comprometem a conformidade tributária”, observa.

O papel da tecnologia já é reconhecido em estudos de mercado. A Empresa Nacional de Inteligência em Governo Digital e Tecnologia da Informação (Serpro) destacou, em 2025, que a implementação da reforma só será viável com um ecossistema tecnológico robusto, capaz de garantir inovação e segurança. Outras análises comparam o impacto da mudança ao do Sped, implantado em 2007, indicando que a capacidade de adaptação tecnológica será um fator de-

cisivo para a competitividade das empresas.

Na prática, porém, essa transformação ganha contornos ainda mais concretos dentro da indústria. Especialistas alertam que muitas empresas continuam tratando a reforma como uma discussão exclusivamente fiscal, quando os principais impactos ocorrerão na operação. Revisão de cadastros de produtos, adequação de ERPs, rastreabilidade tributária, integração entre áreas e reorganização de processos internos passam a ser etapas fundamentais para garantir segurança e eficiência.

“O maior risco para a indústria não está apenas no aumento ou redução da carga tributária, mas na falta de preparação operacional para lidar com um modelo completamente novo. Muitas empresas ainda estão discutindo imposto, quando deveriam estar olhando para dados, processos e tecnologia”, afirma Alvaro Chaves, CEO da Areco.

A avaliação converge com a visão apresentada por Krüger. Se a reforma exige sistemas capazes de reagir rapidamente às mudanças regulatórias, as indústrias precisarão garantir que essas ferramentas estejam conectadas às operações do dia a dia. O desafio é ainda maior em segmentos com cadeias produtivas complexas, como plástico, metalurgia e



FREEPIK/DIVULGAÇÃO/JC

Mudanças serão necessárias em diversos níveis, da IA a processos internos

alimentos, onde a classificação tributária, as regras de crédito fiscal e a integração dos sistemas de gestão assumem papel estratégico.

Segundo a Receita Federal, cerca de 45% das notas fiscais emitidas no Brasil ainda estão fora do padrão exigido pelo novo sistema tributário, mesmo com o período de adaptação já em andamento. A partir de agosto de 2026, parte das novas informações passará a ser obrigatória nos documentos fiscais, e empresas que não estiverem adequadas poderão enfrentar penalidades a partir de 2027.

Para Chaves, um dos principais erros será adiar as mudanças para os últimos meses da transição. Isso porque os impactos ultrapassam o departamento tributário e alcan-

çam áreas como compras, faturamento, estoque, formação de preços, supply chain e planejamento financeiro.

“Quem deixar para decidir em cima da hora provavelmente vai implementar mudanças sob pressão, correndo mais riscos operacionais e financeiros. A reforma tributária será, sobretudo, uma revisão completa da forma como as empresas controlam suas operações e utilizam informações estratégicas”, destaca.

A necessidade de integração entre tecnologia e gestão também aparece como ponto comum entre os especialistas. Empresas que ainda operam com processos pouco digitalizados, controles paralelos ou baixa integração entre áreas tendem a enfrentar maiores dificuldades durante a transição.

Receita dá a receita

Receita Federal lança novo portal do Sped no gov.br com navegação mais simples e moderna

A Receita Federal do Brasil - RFB lançou, em 29 de maio, o novo portal do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), agora integrado ao ambiente gov.br/sped. A iniciativa faz parte do processo de transformação digital do órgão e tem como objetivo oferecer uma experiência mais simples, segura, acessível e eficiente aos usuários. O novo portal substitui uma estrutura tecnológica com mais de 20 anos por uma plataforma moderna, sustentável e alinhada às diretrizes de governo digital, além de padronizar a identidade visual do Sped com a da RFB e fortalecer sua integração ao ecossistema gov.br. O projeto marca a modernização da presença digital do órgão, sendo o Sped o primeiro portal da RFB estruturado em Plone 6, plataforma adotada no gov.br. Entre os principais benefícios estão avanços em governança, padronização visual, acessibilidade, seguran-

ça e sustentabilidade tecnológica. O novo portal oferece navegação mais intuitiva, busca aprimorada, layout responsivo para dispositivos móveis, conteúdos padronizados e atualizados, maior acessibilidade e mais agilidade na manutenção das informações. A modernização também cria uma base robusta para futuras integrações e novas funcionalidades. A RFB esclarece que a migração não altera regras, sistemas ou procedimentos operacionais do Sped, tratando-se exclusivamente de uma mudança tecnológica. Durante o período de transição, podem ocorrer ajustes de links, adaptação à nova organização e eventuais instabilidades pontuais. O portal foi estruturado para atender melhor empresas, profissionais da contabilidade, desenvolvedores, entidades representativas, administrações tributárias parceiras e equipes internas, reforçando o Sped como referência em transformação digital, simplificação e transparência nos serviços públicos.

LEGISLAÇÃO

Mudanças desafiam compliance

A transição para o novo modelo da reforma tributária promete simplificar o sistema produtivo, mas traz incertezas para operações de Fusões e Aquisições (M&A) e programas de compliance. A substituição dos tributos atuais por um sistema dual de IVA exigirá revisão das políticas de governança para evitar a aquisição de passivos ocultos.

Segundo Carlos Crosara, mestre e doutorando em Direito Tributário pela USP e advogado do escritório Natal & Manssur Advogados, o

principal risco está na fiscalização separada da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), pela Receita Federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), pelo Comitê Gestor. “Uma mesma operação pode sofrer autuações divergentes, criando um vácuo interpretativo que afeta diretamente o balanço das empresas”, afirma.

O cenário altera a dinâmica da due diligence, exigindo que as companhias considerem também o posicionamento do Comitê Gestor. “Empre-

sas envolvidas em processos de M&A precisarão de cláusulas de garantia e indenização mais robustas. Assumir o risco desse contencioso sem uma governança tributária eficiente pode inviabilizar grandes negócios”, alerta.

Com o Superior Tribunal de Justiça (STJ) prestes a assumir papel central na pacificação das regras dos novos tributos, a orientação para o mercado é estruturar defesas preventivas para evitar impactos nas operações empresariais.